

Resumo

A proximidade entre urbanização e migração é evidente. A colonização europeia e o surgimento de núcleos de povoamento dependentes da exploração de recursos naturais foi um processo que atraiu migrantes do mundo inteiro, sobretudo quando metais preciosos eram descobertos. Cidades e povoados ganhavam muito com a imigração em massa, especialmente se a riqueza mineral ocupasse muitos anos de exploração, como ocorreu na América do Norte e no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Esse foi o tempo da urbanização esparsa de tipo pré-industrial. Um segundo momento teve início no século XX quando determinadas cidades e regiões concentraram grande número de atividades industriais e imigrantes, a maioria deles de origem rural. No Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se polos regionais e atraíram milhões de imigrantes por várias décadas. Um terceiro momento iniciou-se a partir de 1980 no Brasil, com a dispersão de população e investimentos em direção a cidades de porte médio em diversas regiões do país. Esse artigo expõe algumas evidências empíricas sobre essas três temporalidades e destaca os nexos de causalidade que as explicam.

Abstract:

The proximity between urbanization and migration is evident. The European colonization and the emergence of centers of population dependent on the exploitation of natural resources has been a process that has attracted migrants from all over the world, especially when precious metals were discovered. Cities and villages gained with mass immigration, especially if the mineral wealth were many years of exploration, as occurred in North America and in Brazil from the 18th and 19th centuries. This was the "time" of sparse urbanization of pre-industrial type. A second moment began in the 20th century, when certain towns and regions have concentrated a large number of industrial activities and immigrants, most of them from rural origin. A second moment began in the 20th century when certain cities and regions in Brazil, Rio de Janeiro and Sao Paulo have become regional centers and attracted millions of immigrants for several decades. A third time began from 1980 in Brazil, with the dispersal of the population and investments toward the medium-sized cities in various regions of the country. This article exposes some empirical evidence on these three temporalities and points the causal links that explain them.

Recebido 06/2012
Aprovado 07/2012

Palavras-chave: Migração; História Urbana; Urbanização Brasileira

Key words: Migration; Urban History; Brazilian Urbanization

ralfo@ufmg.br

Introdução

Grandes fluxos migratórios geralmente associam-se a presença de cidades que demandam mão-de-obra. Isso é um fato incontestável em diversas regiões do mundo ao longo da história humana. Mas não há um automatismo na migração campo-cidade como pensavam os teóricos da sociologia funcionalista americana. A migração para as cidades pode em muitos casos ser direta ou indiretamente forçada, quase compulsória. Isso por contingências militares, econômicas, ecológicas ou religiosas. A migração não predomina diante da não-migração embora alguns acreditem que sim, dada a magnitude dos fluxos migratórios, a dramaticidade noticiada, as tragédias sociais e familiares dos “retirantes”, os surtos de xenofobia que enfrentam, as dificuldades de adaptação nos lugares de destino. Paradoxalmente, poucos se dão conta da decisiva contribuição dessa força de trabalho para o desenvolvimento físico-material requerido pelo crescimento urbano.

De todo o modo essa é uma questão que ainda prende a atenção de muitos estudiosos, como Williamson (1988), Martine (1990), Matos (2005), entre outros. Afinal quem ganha e quem perde com as migrações? Os migrantes e suas famílias, ou os lugares de origem e destino? Vários estudos mostram que as localidades “receptoras” geralmente obtêm mais benefícios dos fluxos de imigração em períodos de grande exploração mineral ou de incremento da industrialização do que as localidades “emissoras”. Há também vários estudos que deixam claro que, durante décadas, notadamente em períodos de expansão do ciclo econômico, os imigrantes e suas famílias são beneficiados pelo processo migratório em termos de renda e melhoria de padrão de vida. Mas há outras situações que podem indicar perdas objetivas e subjetivas para as famílias de migrantes que permaneceram nas áreas de origem, “depauperadas” de laços afetivos e de força de trabalho para atividades de subsistência.

Na verdade, não há mecanismos automáticos na migração para as cidades, porque as pessoas não se dispõem tão facilmente a sair de suas áreas de origem, a perderem seus vínculos identitários com os lugares, familiares e amigos. A emigração pode ser uma aventura difícil por causa do enfrentamento de situações ameaçadoras nas áreas de atração, geralmente cidades. Daí a importância das redes sociais construídas pelos migrantes, como uma estratégia de sobrevivência existencial, social e cultural, capazes de refazer laços de pertencimento entre pessoas de lugares separados por longas ou curtas distâncias, tanto hoje como no passado.

Os chamados fatores de expulsão e de atração, tão discutidos e trabalhados na América Latina nos anos de 1960 e 1970, são, de fato, mais ou menos predominantes de acordo com as condições de vida existentes em áreas urbanas e rurais. Contra essa evidência trazida à luz pelos *histórico-estruturalistas* há pouco a acrescentar. Talvez pudéssemos radicalizar salientando que os fatores de atração foram, na maior parte da história, em qualquer lugar, menos significativos do que os fatores de expulsão existentes no campo. A grande força de atratividade das cidades é muito mais recente historicamente e resulta de um contexto no qual a redistribuição espacial da população já vinha se desdobrando há muito tempo. Mesmo no período colonial, no Brasil ou em toda a América, a marcha de povoamento se fazia por meio de informações interpessoais, mapas repassados de mão em mão, lendas sobre territórios fabulosos de metais e pedras preciosos (a exemplo de Potosi, Sabarabuçu, Amazonas), ou simplesmente pela informação da presença de solos férteis, animais de caça, água e madeira abundante, como mostra a impressionante saga de conquista do oeste americano por sucessivas frentes de imigrantes britânicos ávidos de terra e liberdade desde o início do século XIX.

Na marcha de povoamento há processos migratórios que variam de acordo com os objetivos dos colonizadores, a despeito da inequívoca exploração econômica que revestia todas as relações metrópole/colônia. As “*plantations*”, a exploração de recursos florestais, a mineração, ou a fundação de territórios novos inspirados nas antigas formas de vida do continente europeu são verificadas pelas muitas localidades das Américas cujos nomes homenageiam cidades e regiões do Velho Mundo (Nova Amsterdã, Nova York, New Jersey, New Castle, New Iberia, New Orleans, Novo Hamburgo, Nova Inglaterra, Zaragoza, Toledo, etc) ou santos da cristandade.

As relações colônia-metrópole e o povoamento das Américas poderiam se dar de forma apartada, sem misturas com as populações autóctones ou africanas ou não. E isso é relevante para a compreensão das peculiaridades mais profundas das relações colonizador-colonizado. Objetivos mercantis baseados no extrativismo, no saque rápido e passageiro (de madeiras, metais, gado ou drogas do sertão), podem produzir tipos de migrações temporárias que deixam atrás de si um legado de degradação ambiental e, não raro, fazem emergir miséria onde antes não havia pobreza. Contudo, se o recurso natural fosse muito abundante e exigisse décadas para a sua exaustão, de acordo com as técnicas disponíveis da época, nesse caso os surtos de migração temporário-predatórias eram substituídos pela imigração formadora de territórios e cidades, como nas Minas setecentistas, ou na Califórnia depois da descoberta de ouro em 1848. Nesses casos, surgem muitos núcleos de povoados fadados ao desaparecimento, mas algumas cidades irão se firmar como territórios duráveis, populosos, equipados, dependentes de múltiplas atividades econômicas, que requerem administração, leis e regulação da propriedade. Em poucas décadas estruturam-se redes de cidades. As trocas de mercadorias, o consumo de gêneros agrícolas (carne, leite, lácteos, milho, batatas, mandioca, farinhas, óleos, etc), de tecidos, roupas, artigos em couro e metais instauram um mercado antes inexistente. Estruturam uma nova vida de relações que requisita vida urbana, mesmo com a maioria da população trabalhando nas minas, córregos, grupiarias, lavoura, pecuária, caça, coleta, florestas, desmatamento, serrarias e pedreiras.

Três tempos da conjunção migração e urbanização

os vínculos associativos entre migração e urbanização no Brasil permitem identificar três temporalidades, uma atual, uma antiga e uma historicamente intermediária. Essa assertiva parece evidente não fossem as controvérsias em definir quais foram efetivamente as datas que definem essas temporalidades e o que as justificam. Em outros termos, as migrações internas no país associaram-se com uma espécie de proto-urbanização arcaica ou urbanização esparsa e incipiente; com uma urbanização subsequente intensa e concentrada espacialmente; e finalmente com uma urbanização “pós-transicional”, ou desconcentrada, no interior de uma rede urbana extensa e territorialmente interiorizada, estruturada por um grande número de centros intermediários de porte médio.

A urbanização esparsa pré-industrial

associações entre urbanização e incremento das migrações são conhecidas desde a contribuição de Raveinstein no século XIX. Há, entretanto, diferenças de país a país que explicam características, perfil da urbanização e a intensidade e magnitude dos fluxos de atração e de expulsão. Estruturas fundiárias arcaicas ou reestruturações resultantes da modernização rural geram emigração, mas essa generalização depende da configuração socioespacial de cada país.

Estruturas urbano-industriais apoiadas em macrocefalias urbanas delineiam cenários próprios que afetam a dinâmica migratória.

No Brasil, vários textos clássicos da literatura cometem um equívoco ao entenderem que a urbanização é resultante dos primeiros passos do capitalismo industrial no século XIX¹.

O texto antológico de Juarez Brandão (Brandão, 1978), ao abordar “a formação da sociedade urbano-industrial” sublinha os primórdios da República como o primeiro surto industrial digno de nota. Destaca o papel do governo participando da economia nacional; a formação de mercados importantes para bens industriais importados, a exemplo do eixo Rio-São Paulo (apoiado na cafeicultura), a faixa litorânea nordestina com sua agroindústria canavieira; e cidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) sustentadas pela agropecuária voltada para o abastecimento do mercado interno. Apesar da contribuição de Brandão, o autor não viu Minas Gerais e ignorou a magnitude do dinamismo da rede de cidades mineiras em forte articulação com o Rio de Janeiro no século XIX. Na parte final de seu texto, ao analisar dados do Censo de 1950, o autor ressalta que a urbanização brasileira se resumia a três subespaços: o primeiro, um triângulo formado por *Rio-Belo Horizonte-São Paulo* reunia 229 cidades, onde a parte meridional de Minas Gerais destacava-se. Aqui o autor acerta, mas não percebe que em fins do século anterior esse mesmo triângulo já era o mais dinâmico do país. A segunda área urbanizada seria composta por 65 cidades e compreendia o Rio Grande do Sul e partes de Santa Catarina e Paraná. Uma terceira área correspondia à porção litorânea nordestina (da cidade de Ilhéus até a Paraíba) com 76 cidades. Esses três espaços, diz o autor, englobariam cinco sextos da população urbana do país.

Outro clássico da literatura, Jorge Balan, ao tratar do mesmo tema, também põe em destaque o período que se situa em torno do fim da escravatura (1888) e fundação da República (1889) como decisivo para entender a formação do capitalismo moderno no Brasil, certamente em face da liberação de milhares de ex-escravos, presença de imigrantes estrangeiros e liberação de capitais vultosos passíveis de serem investidos no comércio ou em atividades urbano-industriais. Ressalta com muita correção que o Brasil foi o único país da América Latina a definir projetos de colonização com base na mão de obra europeia, notadamente para ocupar grandes vazios demográficos existentes no século XIX². Além disso, aponta a forte emigração nordestina para o Centro-Sul especialmente em decorrência da severa estiagem dos anos 1877-1879. Contudo, não mencionou nada sobre o que ocorria em Minas Gerais, o segundo estado mais populoso do país. Essa omissão foi típica dos escritos da época. Não havia pesquisa de maior fôlego sobre o século XIX mineiro. Balan (1973), em sequência vai enfatizar o processo de concentração de capitais e de mão de obra a partir de 1930 na cidade de São Paulo, assinalando corretamente que essa data marca claramente o início da formação de estruturas espaciais concentradas de tipo urbano-industrial em torno da cidade de São Paulo.

Outros clássicos da historiografia brasileira como Caio Prado Junior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Hollanda e Nestor Goulart, apesar do legado que deixaram, minimizaram a importância da rede urbana que se formou em Minas Gerais e que se consolidou no século XIX, de acordo com os padrões mercantis daquele tempo.

Sociedades agromercantis produziram cidades e vida de relações complexas no Brasil, nas Américas e na Europa no século XVIII, de acordo com a complexidade socioespacial possível desse tempo. Cidades com 10 ou 20 mil habitantes, sobretudo se articuladas em rede urbana, possuíam dinamismo tanto na Europa quanto no resto do mundo.

¹ É como se antes disso não existisse vida urbana digna desse nome em nenhum lugar onde vigorasse o trabalho

² O autor, em suas comparações com Argentina e México, observa que nos três países as elites governamentais preocuparam-se com questões demográficas. O México favoreceu-se por muito tempo por contar com recursos humanos, comunicações e ampla ocupação de seu território em meados do Dezenove, o que viabilizava a mineração, a agricultura, comércio, artesanato e pequena indústria. A ocupação do norte foi promovida visando a industrialização capitalista, mas os problemas fundiários se aguçaram, sobretudo no governo de Porfirio Díaz (1876-1910). No México e Brasil, diferentemente da Argentina, rígidas estruturas regionais embaraçavam o caminho da modernização que segmentos das elites nacionais almejavam. A Argentina, contando com efetivo populacional bem menor que o dos dois países, construiu “ilhas” de prosperidade econômica (como Buenos Aires) que fizeram dela um país urbanizado e dinâmico em fins do século e primeiras décadas do século XX, fortemente articulado internacionalmente.

Assim, tecer comparações entre tamanhos de cidades da modernidade e cidades de 150 ou 200 anos atrás é anacronia imperdoável. Afinal o que era uma cidade de 20 mil habitantes no século XVIII? Era comparável com cidades da atualidade de mesmo tamanho, depois de o mundo sextuplicar seu tamanho populacional? É evidente que tais comparações são simplistas. No passado pré-industrial, atividades mobilizadoras de população estavam, em sua maioria, instaladas fora das cidades. Entretanto, nesse mundo primário exportador ou das “plantations” é evidente que o escoamento de mercadorias exigia a presença de portos, estaleiros, armazéns, casas de comércio, vias de comunicação (por terra ou por água), enfim equipamentos típicos de grandes cidades como as do Rio de Janeiro, Buenos Aires ou New Orleans no século XIX. Havia poucas grandes cidades? Sim, mas em alguns casos, como no da mineração, surgiram várias cidades de tamanho razoável articuladas por redes de transportes. Nos países e regiões onde uma grande cidade dominava, originando a chamada macrocefalia urbana, a formação de cidades menores na “hinterlândia” se tornava rara já que as fazendas eram autossuficientes e a distância até a Capital, como no caso brasileiro, não era tão grande. Nas fazendas agroexportadoras produziam-se quase tudo que a sobrevivência humana requeria. Contudo, havia regiões ou sub-regiões em que as relações mercantis eram suficientemente desenvolvidas a ponto de gerar mercados internos e viabilizar o surgimento e prosperidade de cidades e rede de cidades formada por aglomerados de feição claramente urbana. Eram cidades pequenas. Poucas ultrapassavam a marca de 20 mil habitantes. Mas na Europa, à mesma época a situação era similar, não obstante as exceções de Londres, Paris, Amsterdã, Viena e outras. O mundo era francamente pré-industrial e as populações ainda estavam fortemente instaladas no campo, com mínima vontade de se moverem para as cidades se não fossem constrangidas por razões econômicas, fundiárias, religiosas, ou por guerras e calamidades. Assim, comparações entre o Novo Mundo e o Velho Mundo devem ser mais bem circunstanciadas, sob pena de cometermos anacronismo insolúvel.

Nos últimos 30 anos, diversos trabalhos foram feitos desmistificando as impressões deixadas na história do Brasil por historiadores do século XX. Tais impressões foram realizadas sem suporte empírico e substância teórica adequada. Ademais, foram poucos pesquisados os relatos de viajantes, certamente eurocentristas, mas muito úteis. Exemplos: Saint Hilaire, Martius, Richard Burton, Von Eschwege, entre outros. Dentre os vários autores da nova revisão da historiografia mineira cabe citar pelo menos Roberto Borges Martins, Douglas Cole Libby, Clotilde Paiva, Marcelo Godoy, Marcos Rodarte, Rafael Giovanini, Patrício Carneiro, entre outros.

O mapa em sequência mostra: a mais importante rede de cidades no Brasil de meados do século XIX entre 1831 a 1840; os níveis de centralidade em Minas Gerais (calculados por Rodarte e Passos); as principais ligações das cidades mineiras com as capitais Rio de Janeiro e São Paulo (ainda insignificante demograficamente)³.

³ Esse mapa mostra bem mais que os restos do apogeu da mineração do século XVIII, porquanto expõe níveis de expansão autônoma das sub-regiões, as articulações entre mercados regionais, ao lado da firme ligação econômica com o Rio de Janeiro. Nos 50 anos seguintes, a rede urbana de Minas mais que dobrou de tamanho, alcançando a marca de 128 localidades, sobretudo em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo. À data da realização do primeiro censo moderno no Brasil, 1872, a hierarquia urbana, como reflexo do boom cafeeiro no Vale do Paraíba e na Zona da Mata, floresciam várias cidades sob a influência de Juiz de Fora - favorecida pela cafeicultura, pelo surto industrial e pavimentação da Estrada União e Indústria (que reduzira drasticamente o tempo de viagem até o grande mercado da Corte carioca). No Sul de Minas, nas proximidades com São Paulo, prestes a se beneficiar da inauguração do porto de Santos, vários núcleos urbanos desenvolveram-se na marcha da cafeicultura e com base na agroindústria da época. Em Minas ganharam mais expressão cidades como Campanha, Pitangui, Pouso Alegre, Bagagem, Mar de Espanha, Lavras, São João del Rej, Barbacena, Baependi, Formiga, Conceição do Serro, Grão Mogol, Rio Pardo e São Bento de Tamanduá. Parte expressiva das cidades da antiga zona mineradora não desapareceu, como muitos acreditavam. As principais cidades mantiveram-se vivas, embora crescendo mais lentamente com base na diversificação das atividades econômicas.

. A fase da hiperconcentração no sudeste brasileiro

A ruptura de 1930 e a desestabilização das relações campo-cidade deram origem a um período de mais de 50 anos em que o Brasil se industrializou a passos largos ao lado da intensificação da urbanização. Vivíamos a macrocefalia urbana resultante de uma forte concentração da industrialização em São Paulo e proximidades. A atração urbana era inelutável porque, naquele tempo, a vida no campo tornara-se sem perspectivas.

Desde a grande depressão de 1929 e a conseqüente quebra da cafeicultura, a Revolução de 1930 trouxe um inédito período em que o Estado esteve sob o comando de uma nova elite que submeteu o país a uma série de mudanças que alteraram profundamente a base econômica e social do velho Brasil rural. As transformações fizeram acelerar o processo de substituição de importações; aumentar imensamente os efetivos de força de trabalho com base no operariado; centralizar fortemente o Estado sob as rédeas de Getúlio Vargas (sobretudo a partir de 1934); quebrar as tarifas aduaneiras existentes na circulação de mercadorias entre os estados da federação; expandir a rede rododiferroviária, notadamente em São Paulo; unificar o mercado interno; estabelecer o salário mínimo nacional e modernizar o capitalismo. O Estado brasileiro apostava em estímulos capazes de criar uma burguesia nacional, acompanhada de um vasto operariado. Apostava em um tipo de capitalismo fortemente regulado e administrado pela tecnoburocracia estatal, a despeito da existência de uma economia de mercado nacional canhestra, travada e improdutiva que vinha procurando se afirmar desde o século XIX.

A industrialização além de intensiva se tornou multissetorial a partir da implantação da indústria de bens correntes, da indústria de bens de capital e das grandes infraestruturas em transporte e energia elétrica. Com isso desestabilizou-se de vez a vida no campo e antigas interdições à saída de mão de obra das fazendas desfizeram-se, o que acarretou o surgimento de um formidável êxodo rural. O fato é que a partir dos anos de 1930 os fluxos migratórios internos aceleraram-se e assumiram volumes e direções crescentemente a favor da região Sudeste, como resultado da industrialização combinada ao incremento da urbanização, notadamente no eixo Rio/São Paulo (Faria, 1983; Cano, 1985).

Nos anos de 1960 o “Centro-Sul” usufruía das vantagens aglomerativas, das economias de localização e de escala. Uma expressiva área aglomerava investimentos, infraestrutura e trabalhadores, como nos diz Azzoni (1988). A região em torno da Grande São Paulo emerge como “*um campo aglomerativo composto por forças centrípetas dirigidas por canais e pontos específicos dentro das áreas*”, a partir dos quais difundiam-se novos produtos, informações tecnológicas derivadas do ambiente proporcionado pela grande aglomeração e reduzidas restrições espaciais (Azzoni, 1988, p.80).

Ampliavam-se as comunicações, os serviços públicos, a concorrência e concentração de capitais no espaço, os mercados de consumo, enquanto as relações internacionais articuladas à atuação do Estado e à dinâmica econômica interna se afiguravam como fatores-síntese e condicionantes estruturais.

A ação do Estado, sobretudo quando intervém nas áreas de transportes e comunicações, no âmbito da normatização jurídico-institucional e na execução de obras de infraestrutura, produz efeitos significativos no processo de desenvolvimento econômico. O seu amplo leque de ações, distribuindo favores e incentivos, controlando preços, crédito e juros, propiciou o surgimento de termos de troca desfavoráveis ao campo relativamente à cidade (Matos, 1985).

Se a rede urbana brasileira, até 1950, ainda era incipiente em termos de número e tamanho de cidades concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (onde os meios de transporte favoreciam a formação e desenvolvimento de um sistema urbano interligado e integrado), alterações nas relações entre urbanização e difusão de investimentos econômicos começavam a desenhar um novo cenário a partir do governo Juscelino Kubitschek. Martine et al (1990) não deixam dúvidas sobre o dinamismo da urbanização resultante das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e da impressionante contribuição das migrações internas de tipo campo-cidade. De fato, a taxa de crescimento do Brasil urbano entre 1950 e 1960 atingiu os níveis inusitados de 5,3% ao ano. Note-se que em 1950, apenas 36% da população brasileira residiam em áreas urbanas, em 1960 esse número chega a 45%.

Com a década de 1960, a expansão da economia brasileira e os próprios efeitos inerciais do crescimento demográfico derivados da transição da mortalidade⁴ promoveram o surgimento de outros polos urbanos no País. No período 1967-1973, o chamado '*milagre econômico*', trouxe uma nova etapa na relação 'urbanização-migração', em face da maturação do desenvolvimento urbano-industrial; momento em que a existência de um operariado crescentemente sindicalizado, apontava para transformações sociais e políticas que marcariam profundamente a história brasileira. Nessa época, os fluxos migratórios de curta e longa distância aumentaram e representavam uma possibilidade efetiva de mobilidade social ascendente (Faria, 1983; Martine e Peliano, 1980), a despeito da existência de marginalidade e pobreza no interior da vasta população de baixa renda. No caso específico dos imigrantes, o modelo de crescimento econômico propiciou a inserção de grande parte deles nos mercados de trabalho urbanos das áreas mais dinâmicas do Sudeste, estreitando a relação urbanização, migração e emprego⁵. Em 1970, a população urbana brasileira ultrapassava a população rural, 52 milhões contra 41 milhões respectivamente.

Nesse período, o esgotamento de áreas de fronteira agrícola ocasionou nova reorientação das trajetórias migratórias o que resultou no aumento da concentração da população em cidades de maior tamanho. A expansão dos grandes centros urbanos ganhava nova expressão espacial com a emergência das configurações metropolitanas⁶.

Paralelamente, iniciava-se a desconcentração espacial da indústria paulista. O Valor de Transformação Industrial (VTI) de São Paulo, entre 1970 e 1985 declinou de 57,6% para 51,9%, momento em que a participação do Rio de Janeiro também diminuía sensivelmente (de 15,6% para 9,5%), embora o Produto Industrial do país expandira 2,3 vezes em relação a 1970. Nesse processo ampliava-se a participação dos demais estados da federação e decrescia a participação das duas maiores áreas metropolitanas. Somadas, essas metrópoles representavam quase 60% do VTI em 1970, e apenas 39% em 1985. Essa perda de participação de 20% significa que 75% do acréscimo do produto industrial brasileiro ocorreram fora dessas duas áreas conurbadas. É bem provável que, em termos macro setoriais, a indústria de bens saláris (voltada basicamente para o mercado interno) foi a que mais se desconcentrou naqueles quinze anos, embora entre as produtoras de *bens de consumo não duráveis* tenha havido também queda da participação de São Paulo e do Rio de Janeiro (de 69,5% para 52,6% no VTI nacional). (Pacheco, 1998).

O exame dos determinantes da desconcentração em favor do restante do país revela que decisões de política econômica e de investimentos a elas associados, teve grande peso em fins dos anos de 1970. Muitos investimentos, em particular as metas mais ambiciosas do II PND, acabaram sendo estendidas temporalmente, o implicou continuidade do processo de desconcentração na primeira metade da década de 80.

⁴ Os efeitos da expansão demográfica, derivados da queda da mortalidade, favoreceram o surgimento das "aglomerações urbanas" e o processo de interiorização da rede urbana, já que a população sobrevivente às enfermidades típicas do antigo Brasil rural estava crescentemente vindo para as cidades, onde a disponibilidade de medicamentos e infraestrutura social se expandia.

⁵ Wilson Cano, estudando o movimento da indústria e a concentração regional entre 1930-1970, mostrou o forte aumento da concentração em São Paulo, quando a "periferia" nacional também exibiu expansão industrial acelerada, embora a taxas bem inferiores às de São Paulo. Durante a chamada "industrialização restringida", São Paulo determinou a expansão, em forma e ritmo, pela consolidação da indústria pesada mais diversificada e mais dinâmica do País. Na periferia, ainda faltavam os efeitos de encadeamento, e uma expansão consistente dos mercados internos, sobretudo no tocante a bens intermediários e de capital.

⁶ Não por acaso as regiões metropolitanas foram instituídas em 1973 pela Lei Complementar 9 do Governo Federal, afinal cerca de 70% das migrações internas na década de 70 destinaram-se as regiões metropolitanas.

A fase da desconcentração da migração e da urbanização estruturada em rede

nos vários tipos de estruturas, nos contextos de modernidade tardia, a existência de redes urbanas extensas, mais ou menos densas, condiciona trajetórias econômico-demográficas que, por sua vez, influem nos padrões migratórios e na redistribuição da população nacional, a despeito da importância crucial das metrópoles em países como o Brasil. Evidências da interiorização da urbanização brasileira acumulam-se desde 1980. Com isso surgiram alternativas locais para os trabalhadores migrantes. Essas mudanças interagem com o aprofundamento da transição demográfica e impõe a redução dos excedentes populacionais disponíveis à emigração, assim como interagem com as consequências associadas ao envelhecimento da população. Para entender a urbanização contemporânea deve-se considerar devidamente esses aspectos e, sobretudo, cotejar no mapa nacional os polos dinâmicos da rede de cidades com os fluxos migratórios mais relevantes. Esse trabalho expõe evidências sobre urbanização e migração brasileira tendo em vista essas premissas.

Pode-se pensar simplificadamente a rede urbana como um conjunto de localidades (ou municípios em muitos casos) com características urbanas articuladas por meios de transporte rodoviário ou hidroviário. Isto posto, como se apresenta, de modo simplificado, a evolução da rede urbana brasileira em termos demográficos desde que os censos brasileiros começaram a discriminar a população residente em áreas urbanas?

Em 1940, momento em o Brasil ainda era amplamente rural, os 12 principais municípios do país concentravam parte expressiva da população urbana do país, e a rede de localidades centrais era incipiente, desarticulada e muito vinculada à franja litorânea. O Centro-Oeste e o Norte ainda eram grandes vazios demográficos, “desligados” do resto do país. Pierre Deffontaines dissera que o sistema urbano brasileiro encontrava-se em plena “*infância*”. Rio de Janeiro e São Paulo eram, de longe, os grandes núcleos de concentração da urbanização brasileira. Com populações muito inferiores a essas duas grandes cidades compareciam os municípios de Recife, Salvador, Porto Alegre, Campos dos Goytacazes, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Santos, Niterói e Curitiba, nessa ordem. Sete delas exibindo Graus de Urbanização relativamente elevados, o que sinalizava para uma provável metropolização no futuro, algo que de fato se tornou realidade, especialmente depois do boom de crescimento dos anos de 1950.

Entre 1940 e 1960, um fato notável mostrado pela Tabela 1 é a ultrapassagem do Rio de Janeiro por São Paulo. Contudo, essas duas grandes cidades continuavam concentrando a urbanização brasileira, pois respondiam juntas por algo em torno de 60% da população urbana que residia nas cidades dos 12 principais municípios do país. Note-se, entretanto, que em 1960 o Grau de Urbanização de muitos municípios já ultrapassa os 90% e, naquele momento, os dados registravam a presença de 44 municípios com mais de 100 mil habitantes. Novos polos começavam a imputar densidade à rede urbana brasileira.

Convém ressaltar que, a ruptura política, institucional e econômica iniciada em 1930 com Getúlio Vargas expunha parte de seus resultados. O desenvolvimento urbano-industrial acelerava-se, em consequência das profundas mudanças resultantes dos esforços de substituição de importações e promoção da indústria de base, que foram pensadas a fim de superar a condição primário-exportadora do passado.

A chamada Era Vargas e o período subsequente de JK (Juscelino Kubistchek) reestruturaram a fisionomia do país e redesenharam os espaços regionais e sub-regionais em poucos decênios. A instalação da grande siderurgia, a expansão rodoviária, as barragens hidrelétricas, a indústria automobilística e a construção de Brasília sintetizam o salto para frente que as elites puseram em marcha. Paralelamente, assistia-se ao impressionante crescimento demográfico do pós-guerra, a debilidade do meio rural e a um formidável êxodo rural. Em 1960 a rede urbana começava a incorporar as frentes de expansão no Centro-Oeste com a fundação de Brasília. A rede dentrítica baseada no transporte ribeirinho pela bacia do Amazonas começava a ganhar desenvoltura a partir da polarização de Manaus e Belém. No Nordeste, aumentava a primazia de Salvador, Recife e Fortaleza e a integração com o Sudeste parece emergir.

Tabela 1 **População total e urbana dos 12 principais municípios brasileiros em 1940 e 1960**

Municípios de 1940	População Total	População Urbana	GU*	Municípios de 1960	População Total	População Urbana	GU*
Rio de Janeiro	1.764.141	1.519.010	86,10	São Paulo	3.825.351	3.300.218	86,27
São Paulo	1.326.261	1.258.482	94,89	Rio de Janeiro	3.307.163	3.223.408	97,47
Recife	348.424	324.242	93,06	Recife	797.234	788.569	98,91
Salvador	290.443	256.705	88,38	Belo Horizonte	693.328	663.215	95,66
Porto Alegre	272.232	263.012	96,61	Salvador	655.735	638.592	97,39
Campos dos Goytac	223.373	66.644	29,84	Porto Alegre	641.173	625.957	97,63
Belo Horizonte	211.377	177.004	83,74	Fortaleza	514.818	470.778	91,45
Belém	206.331	177.156	85,86	Belém	402.170	380.667	94,65
Fortaleza	180.185	145.944	81,00	Curitiba	361.309	351.259	97,22
Santos	165.568	157.781	95,30	Nova Iguaçu	359.364	257.516	71,66
Niterói	142.407	124.507	87,43	Campos dos Goytac.	292.292	131.974	45,15
Curitiba	140.656	102.898	73,16	Santos	265.753	263.054	98,98
Total	5.271.398	4.573.385	86,76		12.115.690	11.095.207	91,58

Fonte: Censos Demográficos

Nota: GU* = Grau de Urbanização

Entre 1960 e 1980 o Brasil viveu um golpe militar, ditadura e perseguições políticas, embora no plano econômico tenha experimentado seis anos de altíssimas taxas de crescimento (entre 1968 a 1973), em consequência de reformas fiscais, arrocho salarial e investimentos industriais que juntavam Estado, capital estrangeiro e capital nacional. Com isso expandiu-se a indústria de bens de consumo duráveis e aumentou a massa salarial das classes médias urbanas e completou-se a integração do mercado interno. Iniciava-se o processo de desconcentração produtiva e demográfica.

Os dados constantes da Tabela 2 mostram as 12 principais localidades urbanas do país e um outro momento do processo de urbanização. Comparecem as nove regiões metropolitanas instituídas em 1974, acompanhadas de Brasília, Goiânia, Campinas e Manaus, essas últimas fora da franja litorânea. A reversão da grande concentração existente em São Paulo e Rio de Janeiro torna-se evidente. A década de 1970 pode ser considerada o marco do início do processo de desconcentração demográfica no Brasil. O Censo de 1980 mostrava que as regiões metropolitanas (RMs) de São Paulo e Rio de Janeiro respondiam ainda por 59,1% da população das 12 principais localidades urbanas do país, mas em 2000 essa proporção recua para 52,2%. Cidades como Manaus, Goiânia, Brasília sobem de status e reforçam as tendências de interiorização da rede urbana brasileira.

Tabela 2 **População total e urbana das 12 principais localidades da rede urbana em 1980 e 2000 e participação relativa**

Localidades de 1980	População Total	%	População Urbana	%	Localidades de 2000	População Total	%	População Urbana	%
RM de São Paulo	12.588.745	34,3	12.183.715	34,6	RM de São Paulo	17.878.703	32,4	17.119.400	32,0
RM do Rio de Janeiro	8.772.277	23,9	8.619.553	24,5	RM do Rio de Janeiro	10.894.156	19,7	10.813.717	20,2
RM de Belo Horizonte	2.540.094	6,9	2.461.119	7,0	RM de Belo Horizonte	4.349.425	7,9	4.242.910	7,9
RM de Recife	2.347.001	6,4	2.131.739	6,0	RM de Porto Alegre	3.658.376	6,6	3.509.384	6,6
RM de Porto Alegre	2.139.976	5,8	2.057.031	5,8	RM de Recife	3.337.565	6,0	3.234.647	6,0
RM de Salvador	1.766.724	4,8	1.696.410	4,8	RM de Salvador	3.021.572	5,5	2.973.880	5,6
RM de Fortaleza	1.580.069	4,3	1.501.361	4,3	RM de Fortaleza	2.984.689	5,4	2.881.264	5,4
RM de Curitiba	1.453.200	4,0	1.330.497	3,8	RM de Curitiba	2.726.556	4,9	2.500.105	4,7
Brasília	1.176.908	3,2	1.138.994	3,2	Brasília	2.051.146	3,7	1.961.499	3,7
RM de Belém	999.158	2,7	831.255	2,4	RM de Belém	1.795.536	3,3	1.754.786	3,3
Goiânia	717.519	2,0	703.640	2,0	Manaus	1.405.835	2,5	1.396.768	2,6
Campinas	664.566	1,8	591.415	1,7	Goiânia	1.093.007	2,0	1.085.806	2,0
Total	36.746.237	100,0	35.246.729	100,0	Subtotal	55.196.566	100,0	53.474.166	100,0

Fonte: Censos Demográficos

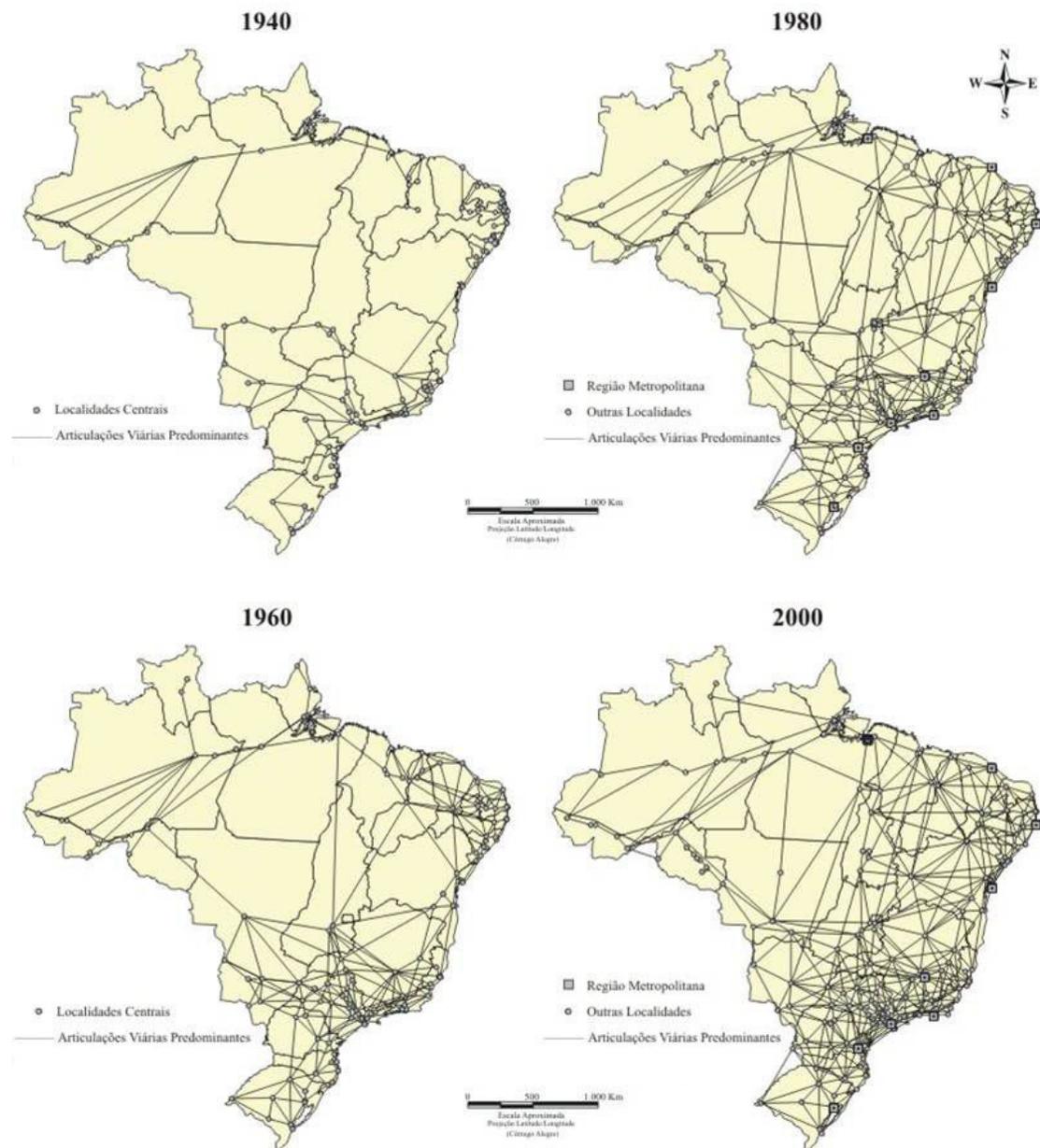
O Brasil urbano passou a ostentar um grande número de cidades articuladas em rede e a metropolização tornou-se a expressão máxima dessa urbanização, mas uma urbanização que se interiorizava. Confirmando o processo recente de desconcentração da população brasileira⁷, os dados indicam que as 12 maiores áreas urbanas perdem peso frente as maiores áreas urbanas do país (de 65% para 60%), enquanto praticamente dobra o peso dos municípios na classe de tamanho acima de 250 mil habitantes: de 18 em 1980 a 47 em 2000.

Algumas das mudanças na geografia da rede urbana entre 1980 e 2000 podem ser vistas na Figura 2. A articulação entre os nódulos é bem evidente, ao lado da expansão da visibilidade de subespaços emergentes. O Centro-Sul, com toda a sua infraestrutura, capitais fixos e população exhibe mais complexidade e dinamismo, exprimindo feições de uma rede urbana madura. O Nordeste permanece mais integrado no arco litorâneo, escudado na presença de três grandes regiões metropolitanas, e relativamente poucas cidades em seu interior. O Norte também apresenta duas grandes áreas urbanas (Belém e Manaus), o dinâmico eixo da Belém-Brasília e o tradicional corredor fluvial que integra polos localizados em Roraima, Rondônia e Acre, separados por enormes distâncias.

⁷ Como sinalizam os trabalhos de Redwood (1984), Martine (1992), Matos (1995), Negri (1996), Pacheco (1999), Baeninger e Matos (2001), entre outros.

A rede de localidades urbanas, reduzida aos seus mais importantes nódulos, expõe espaços geográficos consolidados e emergentes do Brasil contemporâneo, por onde certamente irão convergir os principais esforços de retomada do desenvolvimento econômico. Por ela superpõem-se objetos, investimentos, múltiplas territorialidades e tendências que a globalização sinaliza.

Rede de Localidades Centrais em evolução



Fonte: Matos, 2005.

Centros metropolitanos versus centros intermediários dinâmicos

Os últimos Censos Demográficos mostram que a partir de 1980, as taxas do crescimento das sedes metropolitanas declinaram continuamente, de tal maneira que, no período 2000/2010, só Fortaleza cresceu a uma taxa superior a 1,0% ao ano. As cidades que deflagraram o fenômeno da metropolização no Brasil estavam exauridas espacialmente, embora tenham reunido em torno de si vastas periferias que ainda recebem muitos migrantes e reúnem grande quantidade de assentamentos precários. A pobreza metropolitana se exhibe fartamente nas imensas periferias das grandes metrópoles do país.

Mas fora das metrópoles, o que o Censo de 2010 nos diz sobre o crescimento das cidades médias, um dos motores do processo de desconcentração demográfica no Brasil?

Convém observar que urbanização implica viver em assentamentos densos, e os tamanhos relativos desses núcleos populacionais têm algo a dizer. Área e população, arruamentos, edificações, “densidades” clamam pela redefinição do termo cidade e urbano. Aglomerados populacionais constituem a condição básica para se pensar em urbanização em cada tempo histórico. A população é gregária, mas ela pode evitar as velhas “relações primárias” dos pequenos centros procurando o anonimato das grandes cidades. Mas ela não é cega? Organiza-se espacialmente, estabelece preferências, valoriza a qualidade de vida e constrói rede sociais, redes socioespaciais, redes de cidades. Precisa de redes.

Alguns economistas querem crer que a população, comporta-se como uma manada. Está sempre deslocando-se em busca de atividades econômicas que lhe remunerem mais. Até certo ponto sim, mas se muda a estrutura etária, completa a transição demográfica, muda o Estado, a economia também muda por força de mudanças extra-econômicas. Em circunstâncias de redução de pobreza, muitas famílias e indivíduos podem usufruir da liberdade de procurar fixar residência fora de grandes centros urbanos poluídos, violentos em meio à carência de empregos.

Com a publicação dos primeiros dados do Censo 2010 ressurgiu o debate sobre a distribuição da população brasileira no espaço. O “paradigma” da metropolização continuada se apresenta e seus mentores se reposicionam. Dizem que entre os mais de 190 milhões de habitantes recenseados nas áreas metropolitanas “oficiais” (o que equivale a taxa de crescimento anual de 1,17 entre 2000 e 2010), o estoque de população manteve-se igual aos números de 2000 (70 milhões). O que estatisticamente isso aponta em princípio? Crescimento zero das metrópoles. Embora a participação relativa dessas metrópoles (36%) seja relevante, o fato é que deixaram de crescer. Então onde se sustenta a taxa de 1,17%? Fora das metrópoles. Nas cidades médias? Em boa parte sim. Mas houve também redução das perdas de população residente em áreas rurais e dos pequenos centros urbanos. Há um processo de revalorização da opção de vida fora das grandes metrópoles que merece bem mais investimentos de pesquisa do que o existente.

Evidências continuam demonstrando que: a despeito da grande importância das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e das artificiosas metrópoles resultantes da Constituição de 1988, antigas e novas cidades dinâmicas do interior do país passam a condição de protagonistas do processo de desconcentração espacial da população.

Os dados mostram que o ritmo de crescimento demográfico declinou praticamente em todos os lugares, à exceção de alguns municípios integrantes da bacia de Campos, onde a prospecção e exploração de petróleo tem se mostrado bem sucedida há cerca de 20 anos. Além desses municípios, cabe destacar 17 outros que sediam cidades médias dinâmicas que cresceram a taxas anuais superiores a média histórica dos 2% a.a., vários deles, vale dizer, situados fora do eixo Sul/Sudeste⁸.

⁸ Pode-se apontar oito municípios médios dinâmicos – a maioria deles concentrados na Grande Região Sudeste – que ultrapassaram o limite populacional dos 500 mil habitantes e ostentaram as maiores taxas de crescimento. Em ordem decrescente: Uberlândia, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos, Feira de Santana, Joinville, Juiz de Fora, Londrina e Campos dos Goytacazes. São praticamente os mesmos já observados no Censo de 2000. Além deles, dois outros são dignos de nota: Caxias do Sul e São José do Rio Preto.

Se contrastarmos o rol de municípios intermediários dinâmicos do país (101) com os nove municípios que deram origem, em 1974, às grandes regiões metropolitanas brasileiras o que os dados censitários sugerem?

A comparação das médias de crescimento demográfico mostra que até a década de 1960, os municípios-core das metrópoles exibiam taxas de crescimento superiores às dos municípios médios, mas a partir daí os municípios médios começaram a ultrapassar as capitais metropolitanas, alicerçando o processo de desconcentração espacial da população a partir dos anos de 1970. Assim sendo é de se esperar a existência de uma defasagem nos momentos de pico de crescimento das cidades médias e das cidades-sede de grandes metrópoles, a despeito do fato de que em ambas as categorias de cidades o período de maior crescimento demográfico foi o dos 30 anos entre 1950 e 1980.

Tabela 3 **Municípios médios dinâmicos do Brasil com taxas de crescimento geométrico da população acima de 2% a.a. no período 2000/2010**

Municípios Médios Dinâmicos	1991/00	2000/10	População de 2010
Macaé	3,07	4,55	206.728
Rio Verde	2,14	4,23	176.424
Cabo Frio	4,56	3,92	186.227
Angra dos Reis	3,76	3,58	169.511
Marabá	3,46	3,35	233.669
Petrolina	2,47	3,01	293.962
Araguaína	1,01	2,89	150.484
Rondonópolis	1,92	2,67	195.476
Castanhal	3,11	2,56	173.149
Teixeira de Freitas	2,57	2,56	138.341
Linhares	-0,67	2,3	141.306
Chapecó	1,99	2,25	183.530
Itajaí	2,35	2,2	183.373
Caruaru	1,92	2,19	314.912
Luziânia	-4,2	2,15	174.531
Maringá	2,06	2,15	357.077
Pouso Alegre	3,0	2,04	130.615

Fonte: IBGE. Censos demográficos

Enfim, ao se comparar as taxas de crescimento dos municípios que sediam metrópoles com os municípios intermediários dinâmicos, constata-se que em ambos os casos houve mudança de tendência no ritmo de crescimento. O que explica esse declínio? Em primeiro lugar deve-se sublinhar que desde 1970⁹ é forte e contínua a queda da fecundidade no Brasil, sobretudo nas áreas urbanas. Mesmo que os fluxos migratórios continuem intensos entre regiões de desenvolvimento econômico desigual, o estoque de migrantes em potencial também vem diminuindo. São vários os trabalhos que constata a tendência declinante da contribuição da imigração nos mesmos núcleos metropolitanos que já receberam milhões de migrantes no passado. É evidente que as taxas positivas de crescimento de várias dessas metrópoles só se sustentam em face da enorme expansão das áreas periféricas, algumas abarcando municípios localizados a grande distância do *centro histórico* do município-núcleo.

⁹ De fato, na década de 1970, momento em que o processo de concentração espacial da população atingiu seu auge, as nove sedes metropolitanas cresciam em média a 4,9% ao ano, enquanto os municípios intermediários cresciam menos, mas a uma taxa também muito alta (3,7% a.a.), sendo que 16 deles viviam um explosivo crescimento, com taxas acima de 9,3% a.a!

De toda a maneira, constatar que os municípios que nucleiam essas metrópoles já experimentam um visível declínio em termos demográfico é sintomático. Pode estar sinalizando que o país vive um processo de exaustão de uma metropolização disfuncional, uma espécie de ponto de saturação, em que a urbanização descentralizada, apoiada em cidades médias do interior ganhou relevância. Em alguns municípios metropolitanos a emigração supera a imigração como em Recife, Belém, Belo Horizonte e São Paulo¹⁰. Na grande maioria das capitais que sediam metrópoles há claro declínio no ritmo de crescimento populacional nos últimos 20 a 30 anos, enquanto várias cidades médias dinâmicas continuam crescendo a taxas francamente positivas, embora também declinantes. Dados recentes corroboram as teses relativas aos processos de desconcentração populacional, ou de “dispersão espacial da população” e reforçam as teses que sublinham a redistribuição gradual da população e do emprego no interior do país, vis-à-vis o aumento do papel das cidades médias na rede urbana brasileira.

À guisa de conclusões

Uma característica bastante conhecida dos brasileiros, que ganhou visibilidade internacional, refere-se às suas desigualdades econômicas e sociais. Afinal, como entender um país que chegou a ser a sexta economia mundial, com níveis de desigualdade sociais tão altos?

Continua portanto urgente compreender melhor a recorrência destas disparidades, mediante políticas públicas mais eficazes que, inclusive, não ignorem características regionais mais profundas de um país diversificado do ponto de vista territorial e cultural.

O uso de recortes espaciais baseados na ideia de rede geográfica é um recurso valioso, porque leva em conta “*fixos e fluxos*” relativamente duráveis que percorrem a complexidade econômica e social dos lugares. A difusão das redes urbanas em suas conexões com o crescimento econômico-demográfico pode discriminar em detalhes a interiorização da urbanização no tempo. Houve aumento da complexidade dos processos que se desdobram sobre espaços geográficos impensáveis há décadas atrás. O exame desses processos tendo como ferramenta analítica a rede de localidades centrais permite enxergar o Brasil como um todo, integrado por suas cinco Grandes Regiões.

A tendência atual é a da interiorização do crescimento populacional em direção a periferias do Sudeste, Sul e Centro Oeste. Como reflexo desse processo as regiões metropolitanas originais, protagonistas da urbanização acelerada até os anos de 1980, exibem crescimento relativamente baixo; surgem municípios conurbados que se arrogam a condição de metrópoles, a exemplo de Goiânia, Campinas e Santos; as cidades médias de 100 mil e 500 mil habitantes registram expressivo crescimento demográfico e passam a constituir alternativa para a realocação de investimentos industriais. Na verdade, o processo de centrifugação que atinge muitos moradores de grandes metrópoles, confere com tendências observadas mundialmente, mas no Brasil se associa menos a busca de qualidade de vida e mais a fatores tais como escassez de empregos, aumento do custo de vida, incremento dos custos de moradia e recrudescimento da violência urbana. Essa tendência de fuga dos centros vale-se das periferias metropolitanas, onde o crescimento médio tem sido muito superior ao do município central, da mesma forma como crescem expressivamente determinadas cidades médias e pequenas fora das grandes metrópoles.

¹⁰ Convém salientar que nem todo município que perde população viverá inexoravelmente um crescimento populacional negativo. Isso porque o crescimento vegetativo é quase sempre maior que as perdas por emigração.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.
- AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- BALAN, Jorge. *Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa*. Estudos CEBRAP, v.5, p.5-79, jul/set. 1973
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1971.
- BRANDÃO, J.R.L. *Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999. 416 p.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- CORRÊA, Roberto L. *Os estudos de redes urbanas no Brasil até 1965*. Simpósio de Geografia Urbana. Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1968, p. 173-206.
- DAVIDOVICH, F. (1989). *Tendência da urbanização no Brasil, uma análise espacial*. IN: Revista Brasileira de Geografia, ano 37, v. 51, n. 1, jan/mar, 1989.
- DEFFONTAINES, P. *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades*. In: Boletim geográfico 14, 1944 e Boletim Geográfico 15, 1944.
- DINIZ, C.C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização*. Belo Horizonte, Nova Economia (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). V.31. N.11. Set. p. 35-64. 1993.
- EGLER, Cláudio A.G. *Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil*. In: CASTRO, Iná et. Alli(orgs). *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FARIA, Vilmar. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos*. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 118-63.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1986.
- GEIGER, Pedro P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério da Educação e Cultura). Rio de Janeiro. 1963. 464p.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- IBGE, Rio de Janeiro. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, (co-patrocínio do Ministério da Habitação e Urbanismo), 1987.
- MARTINE, G. et al. *A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas*. In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.
- MARTINE, G., PELIANO, J.C. *Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas*. In: MOURA, A.M. ed., *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza, 1980.
- MATOS, R.E.S. *Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, 1995, p. 35-58.
- MATOS, R. E. S. e BAENINGER, R. *Migration and Urbanization in Brazil: Processes of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate*. In: XXIV General Population Conference, 2001, Salvador, 2001.
- _____. *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora, 2005, v.1, p. 17-59.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, E.F.; MATOS, R. E. S.; GARCIA, R.A. *As cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades*. In: VII Encontro Nacional Sobre Migrações, 2011, Curitiba.

REDWOOD III, John.
Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales. Santiago, vol 11, n.32, dez. 1984.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil; 1500-1720.* São Paulo: Editora Pioneira, 1968.

RODARTE, M.M.S. O trabalho do fogo: *Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista.* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de doutorado).

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI.* Rio de Janeiro/SP: Record. 2001

WILLIAMSON, J. G. *Migration and Urbanization.* In: Chenery and T.N. Srinivasan. Handbook of Development Economics. V. 1, Elsevier, 1988.